



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

v.4 - n.8 - Janeiro - Junho 2009

Semestral

Artigo:

SUPERDOTAÇÃO: A NECESSIDADE DE UM PONTO EQUÍDISTANTE ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA

Autores:

Arlei Peripolli¹

Marilu Palma De Oliveira²

Silvio Carlos Dos Santos³

Soraia Napoleão Freitas⁴

¹ Mestrando em Educação Especial / UFSM – RS; Professor Especialista em Educação da Rede Municipal de Ensino, na Escola “Nossa Senhora da Conceição”, de Santa Maria – RS; Tutor nos Cursos de Formação de Professores para Atendimento Educacional Especializado e de Educação Especial a Distância / UFSM – RS; e-mail: apperipolli@yahoo.com.br; cel.: (55) 9127-7293;

² Mestranda em Educação Especial / UFSM – RS; Professora Especialista em Educação Especial da Rede Estadual de Ensino do Acre – AC; e-mail: marilupalma@ig.com.br;

³ Professor mestre em Letras; psicólogo; substituto no Departamento de Metodologia do Ensino / UFSM – RS; e-mail: ufsmprofs@yahoo.com.br; cel.: (55) 9169-4845

⁴ Professora doutora do Departamento de Educação Especial / UFSM, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação / UFSM – RS; soraianfreitas@yahoo.com.br; cel.: (55) 9906-0204.

SUPERDOTAÇÃO: A NECESSIDADE DE UM PONTO EQUÍDISTANTE ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA

“Criatividade consiste em ver o que todo mundo vê e perceber o que ninguém percebeu”

Maury Fernandes (1998, p. 164)

Resumo: Este artigo é o resultado de pesquisa bibliográfica em que apresenta uma reflexão voltada para a família, na perspectiva de uma melhor compreensão do comportamento do filho com altas habilidades/superdotação, tornando-se parceira da escola no estímulo ao desenvolvimento das potencialidades e promovendo, assim, o incremento das relações interpessoais nos contextos familiar e escolar.

Palavras-chaves: altas habilidades/superdotação - família - escola

Abstract: This article is the result of a bibliographic research that presents a reflection to the family, on a perspective that propounds a better comprehension of children behaviour with high abilities/giftedness. It intends to incentivate family to help school in stimulating student's potencialities, which can promote the increasing of interpersonal relationships in family and in school.

Key words: high abilities/giftedness - family - school

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo voltar-se-á – enquanto um recorte didático-metodológico de estudos bibliográficos – para a influência da família no desenvolvimento do filho com altas habilidades/superdotação. Ademais, conforme lembrado por Dessen e Braz, a família constitui-se um dos primeiros contextos de socialização do ser humano, "além de ser um espaço de transmissão de cultura, significado social e conhecimento agregado ao longo das gerações" (2005, p. 128).

Conseqüentemente, este estudo quer contribuir com as instituições envolvidas no processo educacional das pessoas com altas habilidades/superdotação como a família e a escola, de maneira que essas adquiram uma melhor compreensão do desenvolvimento dessas pessoas, tornando-se parceiras no estímulo ao desenvolvimento de suas potencialidades específicas identificadas e promovendo, assim, o incremento das relações interpessoais nos contextos acima citados. O tema desenvolvido, neste artigo, refere-se a idéia de unir o ambiente familiar e escolar em uma só vertente. Portanto, optou-se por esta abordagem porque, muitas vezes, os temas família e escola são escritos de maneira fragmentada, dividida, ou seja, de modo que, alguns fazem referência à escola e à família como tendo lugares e papéis diferentes no processo educacional sem a necessidade dos entrecruzamentos desses papéis. Esses setores devem formar um todo harmonioso, condição necessária para o desenvolvimento dos sujeitos,

inclusive daqueles filhos com altas habilidades/superdotação. Por isso, a meta, com este artigo, é evidenciar o importante papel do canal de comunicação entre a família e a escola.

No primeiro subtítulo, **Conceito histórico de família**, resgata-se as várias representações semânticas da mesma, desde a antiguidade até os tempos modernos.

O segundo, **Família: nicho do desenvolvimento humano**, é estudado através do conceito jurídico, evidenciando-se os novos modelos de relações interpessoais.

No terceiro, **Família x altas habilidades/superdotação**, é estudado a relação entre o conteúdo biológico familiar e o proveniente das experiências vivenciadas nos contextos sócio-cultural.

No quarto, **A função familiar na estimulação das altas habilidade/superdotação** aponta os principais desafios que a família do superdotado enfrenta; descrevendo o funcionamento destas no início da formação da personalidade, com base nos modelos ético-morais, cultivados pela sociedade, alicerce das subjetividades em formação e que os filhos com altas habilidades/superdotação apresentarão quando forem cidadãos com direitos e deveres.

No último, **Família e escola: uma inter-relação necessária**, é abordada a importância da parceria firmada entre a família e a escola como meio de desenvolver, de forma global, as altas habilidades/ superdotação.

Desta forma, espera-se que este artigo possa contribuir para o reconhecimento do importante papel que a família, juntamente com a escola, desempenha no desenvolvimento das altas habilidades/superdotação, favorecendo um ambiente saudável em que o superdotado possa expressar seus pensamentos e sentimentos sem medos ou imposições.

1 CONCEITO HISTÓRICO DE FAMÍLIA

O termo “família” é derivado do latim “famulus”, que significa “escravo doméstico”. Este termo foi criado na Roma Antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas.

No direito romano clássico, a "família natural", baseada no casamento e no vínculo de sangue, cresce de importância. Esta é entendida, portanto, como o agrupamento constituído apenas dos cônjuges e de seus filhos, seguindo os pensamentos de Alves (1977). Nesta época, predominava uma estrutura familiar patriarcal em que um vasto leque de pessoas se encontrava sob a autoridade do mesmo chefe.

Segundo Stanhope (1999), nos tempos medievais, as pessoas, por vínculos matrimoniais, formavam novas famílias. Dessas novas famílias, fazia também parte a descendência gerada que, assim, tinha duas famílias, a paterna e a materna.

Com a Revolução Francesa, surgiram os casamentos laicos no Ocidente e, com a Revolução Industrial, tornaram-se freqüentes os movimentos migratórios para cidades maiores, construídas em redor dos complexos industriais. Estas mudanças demográficas originaram o estreitamento dos laços familiares e as pequenas famílias, num cenário similar ao que existe hoje em dia.

Na cultura ocidental, uma família é definida especificamente como um grupo de pessoas de mesmo sangue, ou unidas legalmente. Muitos etnólogos argumentam que a noção de "sangue", como elemento de unificação familiar, deve ser entendida metaforicamente, nas sociedades e culturas não-ocidentais esta é definida por outros conceitos que não "sangue".

Assim, a família é a primeira instituição da qual todo ser humano faz parte. Na relação familiar a criança inicia a construção, enquanto sujeito, da sua identidade e sua percepção de mundo. Ao se pensar a família, enquanto instituição, é necessário entender que cada grupo familiar tem um modo próprio, particular de se organizar, pois cada uma se constitui de um conjunto de valores que se inter-relacionam, gerando um acordo tácito entre seus componentes como uma forma de visão específica.

A família vem-se transformando, portanto, através dos tempos, acompanhando as mudanças religiosas, econômicas e sócio-culturais do contexto em que se encontra inserida. Esta passa a ser entendida como um espaço sócio-cultural continuamente renovado e reconstruído e, também, como um lugar político de natureza criativa e inspiradora.

Podemos, então, conforme Minuchin,

definir família como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos membros da mesma, considerando-a, igualmente, como um sistema, que opera através de padrões transacionais. Assim, no interior da família, os indivíduos podem constituir subsistemas, podendo estes ser formados pela geração, sexo, interesse e/ou função, havendo diferentes níveis de poder, e onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros. A família como unidade social, enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento, diferindo a nível dos parâmetros culturais, mas possuindo as mesmas raízes universais (1990, p.25).

De acordo com a definição de Minuchin (1990), a família é um sistema vivo formado por diferentes interações movidas por valores, anseios e buscas que perpassam o acordo tácito que todo grupo social tem implícito na sua subjetividade.

2 FAMÍLIA: NICHOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Até a elaboração da Constituição Federal de 1988, o conceito jurídico de família era extremamente limitado e taxativo, pois o Código Civil de 1916 somente conferira o título de família àqueles agrupamentos que advinham do enlace matrimonial.

Além disso, o modelo único de família era caracterizado como uma instituição fechada, voltada para si mesma, onde a felicidade pessoal era desprezada pela manutenção do vínculo familiar a qualquer custo. Entretanto, os princípios recomendados na Carta Magna, de 1988, provocaram uma profunda alteração do conceito de família até então dominante na legislação civil. Nessa mesma direção, percebe-se que a entidade familiar ultrapassa os limites da previsão jurídica para acolher todo e qualquer agrupamento de pessoas onde permeie o elemento afeto.

Dessa maneira, entendemos que a família molda o ser humano enquanto núcleo social regido por valores e cosmovisão própria, que implica no desenvolvimento geral dos seus componentes. Como matriz da identidade humana, estabelece relações de poder que interferem na subjetividade dos seus micros universos.

O grupo familiar tem sua função social determinada por necessidades sócio-culturais. Ele poderá garantir o provimento das crianças, para que elas, na idade adulta, sejam socialmente ativas e deve educá-las, para que tenham uma moral e valores compatíveis com a cultura em que vivem. Tanto assim, que a organização familiar muda no decorrer da história do homem, é alterada em função das mudanças sociais.

A família é tida como um dos primeiros contextos de socialização dos indivíduos, com papel fundamental no desenvolvimento humano. Esta constitui o desenvolvimento primário da sobrevivência e da socialização da criança, tornando-se espaço de transmissão de cultura, significado social e conhecimento comum incorporado ao longo das gerações.

Por muito tempo, a família conjugal tradicional predominou como modelo socialmente aceita, ou seja, como um grupo composto por pai, mãe e filhos naturais desta união. Com papéis claramente definidos, como: o pai sendo o provedor material desta família e a mãe a responsável pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos.

Com a conquista do espaço profissional pelas mulheres e, conseqüentemente, com sua saída para o mercado mundial de trabalho, houve uma flexibilização das relações, provocando instabilidade nas relações íntimas, sobretudo de famílias nucleares, e uma constante reformulação de projetos individuais e grupais. Com isso, houve aumento significativo do número de lares onde a criança convive apenas com um dos genitores.

Seguindo o pensamento de Paggi, “a família é uma das instituições sociais que mais se modificou ao longo da história” (2004, p. 21). Tanto que, no século XXI, novos modelos de famílias se constituem: famílias de homossexuais; as famílias monoparentais; as compostas por parentes diversos, responsabilizando-se pela criação dos filhos; as poligâmicas; as extensas, e as multigeracionais. Com o surgimento desses novos grupos sociais de família houve um enfraquecimento do modelo nuclear tradicional.

As relações familiares sofrem interferências de fatores internos e externos em função do contexto cultural, social e histórico no qual estão inseridas. Logo, uma família é um grupo social especial, caracterizado por relações íntimas entre seus membros. Neste contexto, os familiares são aqueles com os quais mantemos um vínculo baseado nas relações intergeracionais, sendo tal vínculo mantido não somente entre os cônjuges e entre genitores e filhos, mas também com outras pessoas que passam a fazer parte da família, independentemente dos laços de consangüinidade. Isto significa que alguns critérios, como relacionamento heterossexual, vitaliciedade e outros não podem mais ser uma condição óbvia para definir família.

Em síntese, nas sociedades contemporâneas, há uma pluralidade de modelos familiares e precisamos tentar compreendê-los sem produzir preconceitos ou exclusão em relação a um ou outro modelo.

3 FAMÍLIA X ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

A família das pessoas com altas habilidades/superdotação tem sido estudada há mais de um século, indicando a influência deste contexto na estimulação dos seus talentos. Segundo Dessen, “para compreender os processos de desenvolvimento do indivíduo, incluindo o desenvolvimento de altas habilidades, precisamos conhecer o contexto de desenvolvimento primário, isto é, a família e seus modos de funcionamentos” (2007, p. 15). O olhar diante das altas habilidades/superdotação não deve se restringir à visão do ser isolado de seus contextos de desenvolvimento, mas contemplar todos os ambientes que o influenciam,

principalmente, sua família. Compreendendo Winner (1998), esta deverá ser suporte para a pessoa com altas habilidades/superdotação desenvolver a sua auto-imagem, autoconhecimento e sua capacidade interagir com o outro, em condições de melhor conviver em sociedade.

É no seio familiar, que os primeiros sinais de precocidade são evidenciados, portanto, precisamos compreender como ocorre a relação entre o conteúdo biológico familiar e o proveniente das experiências vivenciadas nos contextos sócio-cultural, bem como de todo o clima afetivo que permeia essas interações sociais que atuam na manifestação das altas habilidades/superdotação.

A inter-relação entre a família e um membro com altas habilidades/superdotação deve ser sempre entendida com um duplo sentido, visto que a família é um ambiente de interações e influências que nos remetem a duas direções. Por um lado, a família se apresenta como uma estrutura básica para o desenvolvimento das potencialidades dos filhos e, por outro, ela poderá adquirir características da própria relação com os seus membros. O que é construído pelo indivíduo sobre o seu próprio comportamento tem a ver também com a imagem que é feita pelo outro. Seguindo o pensamento de Lara, ao afirmar: “os outros não são outra coisa que aquilo que nós fizemos e vamos fazendo deles. Justamente isto e não outra coisa é o que somos: aquilo que os outros fizeram e estão fazendo de nós” (1998, p. 24).

O ambiente familiar poderá desempenhar o papel de instigador das altas habilidades/superdotação particulares e inatas ao encontrarem caminhos de realização. Caso contrário, as altas habilidades/superdotação ficarão apenas como talentos latentes, aguardando o contexto adequado ou propício para emergirem e se expressarem em forma de um talento aparente.

Apesar das pessoas com altas habilidades/superdotação receberem um forte investimento por parte da família, outros aspectos maléficos ao desenvolvimento, como a falta de autonomia e a privação de um desenvolvimento sócio-afetivo saudável, parecem comprometer o seu bem estar psicológico. Ainda seguindo o pensamento de Winner, quando esta afirma que:

Acredita-se que crianças cujos pais as orientam cedo demais a aperfeiçoar seu desempenho, fatalmente terminarão como adolescentes ressentidos, desengajados e deprimidos, que perderam todo o interesse em um desempenho superior. Os pais são aconselhados a deixar os filhos em paz e permitir que eles brinquem como crianças normais (1998, p. 145).

A família, ao saber que seus filhos apresentam características de altas habilidades/superdotação, demonstra uma reação semelhante à de filhos que apresentam algum transtorno de aprendizagem. Estas famílias não estão isentas das responsabilidades que estão, claramente, demarcadas em documentos legais como o Estatuto da Criança e o Adolescente (1999), e a Constituição Federal (2003). Nestes documentos está evidenciado que a família deve garantir escolarização, uma educação voltada para a cidadania e uma vida digna com carinho, proteção e afeto.

As famílias de crianças ou jovens com necessidades especiais vivenciam situações impactantes e peculiares. Quando nos aproximamos de famílias que têm pessoas com altas habilidades/superdotação, geralmente, constatamos que há poucas informações sobre as características e habilidades destas. A falta de informação traz, como consequência, confusão e insegurança para o desempenho do papel familiar no desenvolvimento do potencial promissor de seus filhos.

As dificuldades encontradas para o desempenho do papel familiar em suas funções como mediadora para o desenvolvimento do potencial, interferindo nas interações com os demais componentes e, muitas vezes, contribuindo para a vulnerabilidade social da pessoa que apresenta altas habilidades/superdotação. Para Abramovay et al (2002), a vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Estas oportunidades constituem maneiras de qualificar o bem estar, bem viver e assim diminuir riscos de deteriorização das condições de vida dos atores sociais.

Enfim, em muitas situações a família, de um modo geral, sente-se impotente, incapaz de lidar com as necessidades específicas da pessoa com altas habilidades/superdotação. No entanto, as informações e orientações que venham a ser proporcionadas a este grupo social favorecerão as interações entre os componentes, melhorando a compreensão das diferenças manifestas enquanto expressão individual que compõe os micro universos.

4 A FUNÇÃO FAMILIAR NA ESTIMULAÇÃO DAS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

É na família que se inicia a formação da personalidade do indivíduo, com base nos modelos ético-morais, cultivados pela sociedade, alicerces das subjetividades em formação. Morin (2002), constatou que um trabalho só tem sentido quando corresponde à personalidade, talentos e desejos pessoais, dando oportunidade para vencer desafios ou perseguir ideais.

O que se pode confirmar com Vygotski (2004) que assegurava: a maioria dos alunos, ao iniciar a escolaridade, chega com nível de inteligência elevado, se cresceu em condições favoráveis e não simplesmente porque se destaca em relação aos seus colegas de turma. Sem oportunidades apropriadas de aprendizagem, é muito difícil e pouco provável que o potencial superior se manifeste.

O nascimento de crianças que virão a ser identificadas por suas altas habilidades/superdotação não traz evidências prenunciadas. Apenas no decorrer do seu desenvolvimento que suas características singulares poderão chamar a atenção da família. Há família que vive o dia-a-dia de maneira agradável, natural, permitindo que os filhos expressem naturalmente pensamentos e emoções e que se desenvolvam na busca de respostas às suas questões existenciais.

Segundo Alencar (1986), não tem mais sentido o mito de que não se deve mais dizer à família que alguns dos filhos possuem altas habilidades/superdotação, porém ainda que ela não saiba como lidar com o fato.

A família sofre quando não encontra apoio e orientação adequados para encaminhamentos especializados que podem ser: aceleração de estudos, enriquecimento ou aprofundamento curricular na própria escola ou em algum programa específico. Estas estratégias ajudam a diminuir o desinteresse e o aborrecimento que seus filhos apresentam no processo educacional. Quanto menos esclarecida for a família, mais ela sonhará com os proveitos e vantagens que poderá tirar da situação, e quanto mais esclarecida for, mais conflitos virá a ter por não encontrar na sociedade receptividade, aceitação e atendimento apropriado às necessidades educacionais especiais de seu filho.

Não se pode negar a influência da família no desenvolvimento das altas habilidades/superdotação. Ela tem a responsabilidade de interagir de modo lúdico e verbal, para estimular essas habilidades, beneficiando, assim, a construção do futuro do seu filho. É necessário, portanto, usar novas táticas como conversar, debater, realizar tempestade de idéias sobre novas maneiras de fazer o dia-a-dia, para o desenvolvimento desses talentos.

Educar é tarefa que pressupõe envolvimento e compromisso com o conhecer a respeito de como e o que pensam os superdotados, contribuindo para ativar a capacidade de raciocínio e reflexão; ajudando-os a pensar com profundidade sobre suas idéias; estimulando-os a rever seus valores, formando-os para a autonomia e, também, uma excelente ocasião para aprender com eles; porque, capazes de ressignificarem e criticarem a cultura, os valores em que vivem, apontando as suas próprias fragilidades. Ouvi-los, debater com eles, pedir-lhes sugestões para

novas regras de convivência familiar podem levar a surpresas quanto a suas maturidades e precocidades de julgamento.

A família pode instigar o desenvolvimento das altas habilidades/superdotação de seus filhos lendo notícias em companhia deles, para que juntos possam comentá-las, discuti-las de modo a contribuir para a construção do pensamento crítico-reflexivo. Podem, também, interpretar editoriais de jornais e revistas, analisar o noticiário cotidiano, apreciar fotos sobre fatos do dia-a-dia, relembrar notícias relacionadas a eventos complexos que se desdobram no tempo e avaliar a profundidade com que as notícias mais recentes são veiculadas.

Vygotsky (1998) faz um alerta da importância de conhecer como o papel do ambiente interfere no desenvolvimento da criança; pois segundo sua teoria, não é o fato do ambiente ter ou não proporcionado condições favoráveis de desenvolvimento que irá determinar o desenvolvimento do aluno, mas sim a forma como cada um vai lidar com as condições que lhe são dadas. Neste contexto, o intelectual e afetivo estão implícitos na mediação que o meio opera sobre o indivíduo.

Em relação à escola, a família pode colaborar quando valoriza o processo de aprendizagem escolar muito mais além do que, simplesmente, notas ou menções elevadas que representam, apenas, um certo tipo de avaliação, um recorte feito pelo professores, com base em objetivos nem sempre tão valiosos. Já que aprendizagem significa, acima de tudo, mudança de atitude em relação ao conteúdo. A família busca a escola para encontrar condições adequadas ao atendimento das altas habilidades de seus filhos. Isto é, de sistemas de ensino esclarecidos e desejosos de transformarem práticas pedagógicas tradicionais e cristalizadas em novas concepções de ensino-aprendizagem.

Enfim, a interação entre a família e um membro com altas habilidades/superdotação deve ser sempre considerada como uma via de mão dupla, visto que a família é um ambiente de interações e influências multidirecionais. Além das naturais divergências que devem existir entre as opiniões dos pais, irmãos ou outros elementos que compõem a família e da própria pessoa com altas habilidades/superdotação, é importante estimular a escuta de todos que fazem parte deste contexto.

5 FAMÍLIA E ESCOLA: UMA INTER-RELAÇÃO NECESSÁRIA

Família e escola são pontos de apoio e sustentação ao ser humano; são marcos de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito. A participação dos pais na educação

formal dos filhos deve ser constante e consciente. Vida familiar e vida escolar são simultâneas e complementares. É importante que pais, professores, filhos/alunos compartilhem experiências, entendam e trabalhem as questões envolvidas no seu dia-a-dia sem cair no pré-julgamento, mas buscando compreender as nuances de cada situação, uma vez que tudo o que se relaciona aos filhos tem a ver, de algum modo, com os pais e vice-versa, bem como tudo que se relaciona aos alunos tem a ver, sob algum ângulo, com a escola e vice-versa. Assim, cabe aos pais e à escola a preciosa tarefa de transformar a criança em pessoas participativas, atuantes, conscientes de seus deveres e direitos, possibilidades e atribuições.

É necessário que família e escola se encarem responsabilmente como parceiras de caminhada, pois, ambas são responsáveis pelo que produz, podendo reforçar ou contrariar a influência uma da outra. Família e escola precisam criar, através da educação, uma força para superar as suas dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva, atuando juntas como agentes facilitadores do desenvolvimento pleno do educando.

Podemos citar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 55; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), artigos 1º, 2º, 6º e 12, que define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar – composta também pela família – e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos. Citamos ainda, a Política Nacional de Educação Especial, que tem como uma de suas diretrizes gerais: adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno.

O quadro evolutivo do desenvolvimento de crianças em gerais, desde a sua concepção até a fase adulta, obedece a uma série de regras, uma das quais é a sincronia existente entre as diferentes áreas do crescimento. Isto quer dizer: o desenvolvimento motor, o cognitivo, o sócio-emocional e o da fala, por exemplo, ocorrem paralelamente, de forma harmoniosa. Porém, o dos superdotados, geralmente, é desarmônico: uma ou algumas áreas se desenvolvem muito mais depressa do que outras. Silverman (2002) afirma que a assincronia era a característica dominante dos filhos superdotados. Entendendo-se, como assincronia, o desequilíbrio entre as esferas afetiva e cognitiva ou cognitivo e o psicomotor ou da linguagem e do raciocínio. Segundo a pesquisadora, o fato de que eles têm a inteligência de um adulto no corpo de uma criança, certamente, traz problemas. Estes são maiores na proporção inversa à idade da criança, isto é, quão menores forem os superdotados, maior será a assincronia. Essas, interferem nas

relações familiares porque, muitas vezes, os adultos demonstram dificuldades de relacionamento para gerenciar as diferenças individuais no grupo.

Segundo a escola, geralmente, as crianças apresentam um mesmo ritmo de aprendizagem para obterem um mesmo resultado. No entanto, as crianças têm ritmos individuais diferentes no seu desenvolvimento. As crianças com necessidades educacionais especiais enfrentam problemas pelo estigma da diferença acentuada.

Contudo, deve ter flexibilização nos planejamentos curriculares que atenderão a diversidade nas turmas. É possível oferecer uma suplementação curricular para aqueles que já sabem o que os outros devem aprender, ou que aprendem mais rápido do que seus pares em idade, da mesma forma que é possível fazer adaptações curriculares para aqueles que não têm condições de cumprir todo o conteúdo no tempo determinado para seus pares. Não obstante, isto requer, sobretudo, empenho excessivo de seus profissionais, bem como compreensão e apoio da família. Assim, os papéis que cabem à família com filhos com altas habilidades/superdotação, nessa parceria, são o de demanda e o de apoio – demanda de suplementação curricular, e apoio ao corpo docente e à administração escolar. Por outro lado, cabe à escola fazer adaptações reais, que promovam a mudança necessária no programa educacional. Para Alencar e Fleith, as atividades de enriquecimento possibilitam aos alunos a vivência de:

Experiências de aprendizagem desafiadoras, auto-seletivas e baseadas em problemas reais, além de favorecer o conhecimento avançado em uma área específica, estimular o desenvolvimento de habilidades superiores de pensamento e encorajar a aplicação destas em situações criativas e produtivas. [...] Os estudantes se tornam produtores de conhecimento ao invés de meros consumidores da informação existente (2001, p. 135).

Quando falamos em enriquecimento estamos nos reportando às explicações contidas nas Diretrizes do MEC, a partir do embasamento teórico de Renzulli (1988) que desenvolveu o modelo “Triádico de Superdotação“, ou seja, habilidade acima da média, comprometimento com a tarefa e a criatividade. De acordo com as Diretrizes, os programas de enriquecimento baseiam-se em experiências variadas de estimulação, e têm como objetivo um maior desenvolvimento das habilidades e dos interesses dos superdotados, visando aumentar e aprofundar seus conhecimentos.

Segundo Alencar e Fleith (2001), Delou (2001) e Novaes (1979), há outras formas de enriquecimento, que podem implicar, por exemplo, em terminar em menos tempo o conteúdo proposto, permitindo a inclusão de novas unidades de estudo. Outras atividades de enriquecimento seriam: aprendizagem suplementar; unidades de aprofundamento em

determinada matéria; atividades em laboratórios; ensino em equipe para estudos especializados em diferentes áreas; estudo dirigido; conferências e demonstrações; atividades junto a profissionais no local de trabalho e treino em situações de liderança, redação criativa, dramatização, teatro, histórias, jogos de adivinhação e de imaginação, atividades de pintura, desenho, música e pesquisa, observa-se que, progressivamente, esses alunos tornam-se mais desembaraçados, espontâneos, interessados, abertos para novas experiências, individualizando seus trabalhos e assumindo suas habilidades e talentos.

A ênfase maior dos programas de enriquecimento, entretanto, segundo Alencar e Fleith (2001), tem sido em termos de conteúdo. Dificilmente novas abordagens ou metodologias são consideradas, subestimando-se a importância de um enriquecimento voltado ao pensamento crítico ou que tenha um enfoque mais original e flexível na forma de se abordar um problema.

Renzulli (1994), citado em Alencar e Fleith (2001), sugere um modelo de enriquecimento escolar que dá liberdade de escolha, da extensão e da profundidade dos tópicos a serem estudados aos alunos, e vê o professor como um facilitador desse processo. São três as atividades de enriquecimento, propostas por Renzulli, que se destacam: o Enriquecimento do tipo I, II e III.

O Enriquecimento do tipo I consiste em atividades exploratórias gerais, que expõem os estudantes a novos e interessantes tópicos, idéias e campos do conhecimento que não fazem parte do currículo regular. Este tipo de enriquecimento pode ser fornecido através de palestras, excursões, demonstrações, exposições, minicursos, visitas e do uso de diversos materiais, como filmes, programas de televisão, Internet, slides, entre outros.

Já no Enriquecimento do tipo II, são utilizados métodos, materiais e técnicas que contribuem no desenvolvimento de níveis superiores de processos de pensamento, de habilidades criativas e críticas, nas habilidades de pesquisa, de busca de material bibliográfico e processos relacionados ao desenvolvimento pessoal e social. Seu objetivo é desenvolver habilidades de “como fazer”, de modo a instrumentar os alunos a investigar problemas reais usando metodologias adequadas à área de interesse desses alunos.

O Enriquecimento do tipo III consiste em atividade nas quais os alunos investigam problemas reais, ou, então, formulam problemas, e, usando metodologias apropriadas, desenvolvidas anteriormente, através do Enriquecimento do tipo II, buscam soluções para resolver o problema. Este tipo de atividade oferece oportunidade de aprofundamento em determinada área e desenvolvimento de produtos autênticos. Os estudantes se tornam produtores de conhecimento, não apenas seus receptores.

Segundo Alencar e Fleith (2001), grupos de enriquecimento proporcionam, a todos os alunos, experiências de aprendizagem desafiadoras, auto-seletivas e baseadas em problemas reais, além de favorecer o conhecimento avançado em uma área específica, estimular o desenvolvimento de habilidades superiores de pensamento e encorajar a aplicação destas em situações criativas e produtivas.

Contatos abertos, francos e honestos devem nortear a parceria entre a família e a escola, de maneira que ambos os lados tenham como meta oferecer aos superdotados as melhores oportunidades de desenvolvimento de suas potencialidades, facilitando o prazer pela aprendizagem e a alegria da descoberta. Para que isso ocorra, é urgente encarar essa tarefa como um desafio, em que as possibilidades são infinitas e as respostas não estão previamente definidas, mas cuja meta seja sempre a de oferecer caminhos múltiplos para o desenvolvimento dos alunos com altas habilidades/superdotação.

Segundo Bloom (1985), quaisquer que sejam as características identificadas inicialmente em superdotados, se não existir encorajamento, educação, cuidado e treinamento, eles não atingirão patamares mais elevados em suas altas habilidades/superdotação. Ainda seguindo Bloom, essas atitudes são mais facilmente aprendidas "se forem valorizadas no ambiente mais próximo do indivíduo, pois raramente se desenvolvem quando as pessoas significativas no ambiente do aluno desestimulam ou caçoam das mesmas" (1985, p. 545). Portanto, sabemos que as pessoas com altas habilidades/superdotação são grupos que apresentam características e habilidades diversificadas e, por isto, interesses, estilos de aprendizagem e necessidades educacionais próprias. Desta forma, podemos ver que numerosos e complexos são os desafios impostos para as famílias destes indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família, enquanto instituição, vem se transformando através dos tempos, das mudanças religiosas, econômicas e sócio-culturais do contexto em que se encontra inserida. Esta passa a ser entendida como um espaço sócio-cultural que deve ser continuamente renovado e reconstruído, e deve ser visto também como um lugar político de natureza criativa e inspiradora. Assim, a família deverá ser compreendida como um todo que integra contextos mais vastos como a comunidade em que se insere.

Desta forma, a família é o espaço que fornece um ambiente encorajador e estimulador, propício ao desenvolvimento de altas habilidades/superdotação. Não só esta afeta a criança e o

desenvolvimento de sua potencialidade, como a criança afeta a organização daquela, mas nem um nem outro é o responsável pelo surgimento e desenvolvimento de tais talentos. Conhecer, portanto, o funcionamento da família constitui um caminho promissor para a compreensão do desenvolvimento dos superdotados. É no seio familiar que os primeiros sinais de precocidade são evidenciados, ou seja, é preciso compreender como ocorre a relação familiar e o proveniente das experiências vivenciadas nos contextos sócio-cultural, bem como de todo o clima afetivo que permeia essas interações sociais que atuam na manifestação das altas habilidades/superdotação.

Hoje, a família está mais consciente da importância da mediação social para o desenvolvimento do talento humano. Não basta, no entanto, que os filhos apresentem, naturalmente, talentos e capacidades precoces ou que demonstrem notável qualidade nas diversas áreas do *aprender a conhecer, fazer, conviver* ou *ser*, se a família não estiver consciente do importante papel que ela desempenha sobre o desenvolvimento dos superdotados.

A família, desta forma, depende de sistemas de ensino esclarecidos e desejosos de transformar práticas pedagógicas tradicionais e cristalizadas em concepções de aprendizagem significativas de prazer e alegria. Contudo, não há dúvida de que o desenvolvimento humano é complexo e que a ciência ainda não consegue responder a todas as perguntas feitas. Família e escola são diferentes entre si nos aspectos intelectual, emocional, social, cultural e espiritual; têm histórias diferentes, têm personalidades próprias, contudo, ambas têm que interagir em conjunto para o desenvolvimento das altas habilidades/superdotação.

Finalmente, na parceria da família com a escola, os maiores beneficiados serão os superdotados, que verão seus objetivos facilitados tanto por uma quanto pela outra. Num ambiente de troca, de confiança e de parceria, as expectativas e as responsabilidades são compartilhadas e, portanto, as metas são atingidas mais facilmente, por conhecerem as teorias, as metodologias e os materiais de educação; os profissionais da escola podem ser aliados da família nas sugestões de oportunidades educativas apropriadas para esses alunos que apresentam altas habilidades/superdotação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; CASTRO, M. G; PINHEIRO, L. C; et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

- ALENCAR, E. M. S. **Psicologia e educação do superdotado**. São Paulo: EPU, 1986.
- _____; FLEITH, D. S. **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento**. 2ª ed., São Paulo: EPU, 2001.
- ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. Rio de Janeiro: Forense, 1977. II vol., nº 282.
- ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BLOOM, B. S.. **Developing talent in Young people**. New York: Ballanttine. 1985.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2001.
- _____. **Diretrizes gerais para a identificação e o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades: superdotação e talentos**. Brasília, 1995. (Série Diretrizes, 9 e 10)
- CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil, leitura – compreensiva artigo a artigo**. 7ª ed., Petrópolis: Vozes, 2002.
- DELOU, C. M. C. **O Psicólogo escolar e a família do superdotado**. Trabalho apresentado no V Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional. Itajaí, SC. Abril de 2000.
- DESLILE, J. R. **Guiding the social and emotional development of gifted youth: a practical guide for educators and counselors**. New York: Longman, 1992.
- DESSEN, M. A.. at BRAZ, M. P. **A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- FERNANDES, Maury C.. **Criatividade: um guia prático – preparando-se para as profissões do futuro**. São Paulo: Editora Futura, 1998.
- LARROSA, J. at LARA, N. **A Propósito do Outro: a loucura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- LEI FEDERAL 8.069 / **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1999.
- MELO, Sirley Fabiann Cordeiro de Lima. **Breve análise sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. nº 45, ano 4, Piauí: Teresina, 2006.
- MINUCHIN, Salvador. **Famílias: funcionamento & tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- NOVAES, M. H. **Desenvolvimento Psicológico do Superdotado**. São Paulo: Atlas, 1979.
- OLIVEIRA, Cláudio Brandão de (Org.). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2003.
- PAGGI, K. P. & GUARESCHI, P. A. **O desafio dos limites: um enfoque psicossocial na educação dos filhos**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes. 2004.
- PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos et CESPEDES, Lívía (Col.). **Código civil mini** / obra coletiva. 9ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003.
- RENZULLI, J. S. The Three-ring conception of Giftedness: a developmental model for creative productivity. In: RENZULLI, J. S. e REIS, S. M. (Eds). **The Triad Reader. Connecticut: Creative Learning Press, 1986**.
- ROCHA, Silvio Luís Ferreira da. **Introdução ao direito da família**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2004

SILVERMAN, L. K. (Org.). **Counseling the gifted and talented**. Denver, CO: Love. 1993.

STANHOPE, Marcia. Teorias e Desenvolvimento Familiar. In: LANCASTER, Jeanette. **Enfermagem Comunitária: promoção de saúde de grupos, famílias e indivíduos**. Lisboa: Lusociência, 1999.

VYGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VYGOTSKI, Luria; ALEXANDER, Romanovichi; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem desenvolvimento e aprendizagem**. (Trad.) Maria da Penha. Ícone: Vila Lobos, 1998.

_____. **Pensamento e linguagem**. 3ª ed. (Trad.) Jéferson Camargo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

WINNER, E. **Crianças superdotadas: mitos e realidades**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. **Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.